

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

AURYELLE CABULÃO SILVA

**A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UM ESTUDO NO PODER
EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico**

**Cacoal - RO
2014**

AURYELLE CABULÃO SILVA

**A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UM ESTUDO NO PODER EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus
Professor Francisco Gonçalves Quiles,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis
sob orientação da Professora Ms. Ellen
Cristina de Matos.

Cacoal - RO

2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo – Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, “A Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo no Poder Executivo do Município de Cacoal-RO”, elaborado pela acadêmica Auryelle Cabulão Silva, foi avaliado, e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Professora Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente da Banca

Professora Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Membro

Professora Dra. Maria Bernadete Junkes
Membro

Média

Cacoal – RO
2014

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter concedido a mim saúde e força, e por me guiar, proteger e dar sabedoria na realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais João e Aurora pelos ensinamentos, educação, apoio e carinho dedicados ao longo da minha vida e da jornada acadêmica, e aos meus irmãos, que sempre me apoiaram nas minhas decisões.

Agradeço ao meu esposo Edson pela compreensão, auxílio, força e dedicação. Pelo apoio nos momentos difíceis e até mesmo pelo raciocínio que muitas vezes tivemos juntos, os quais não seriam possíveis sem a ajuda dele.

A minha orientadora Professora Ms. Ellen Cristina Matos pela instrução, apoio e dedicação para que eu pudesse realizar esse trabalho, assim como a todos os outros professores que me auxiliaram na medida do possível, sempre que os solicitei, e aos colegas de classe que sempre me apoiaram.

Ao contador e ao coordenador de planejamento do Poder Executivo do Município de Cacoal, que tão gentilmente forneceram os documentos solicitados, e pelos esclarecimentos prestados, os quais foram de grande valia na realização da pesquisa.

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UM ESTUDO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Auryelle Cabulão Silva¹

RESUMO: O presente artigo versa sobre um estudo de caso das despesas com pessoal no Poder Executivo do Município de Cacoal – RO, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual se estrutura em quatro pilares norteadores: planejamento, transparência, controle e responsabilização, constituindo uma ferramenta de significativa importância ao cidadão, enquanto instrumento de controle social e ao gestor público, enquanto instrumento de avaliação e responsabilização. A pesquisa verificou como são aplicados os recursos destinados à despesa com pessoal, e para isso identificou, nos demonstrativos contábeis, a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal, no período de 2010 a 2013; analisou as despesas com pessoal quanto ao cumprimento das determinações da LRF; verificou quais as estratégias que o Poder adotou para atender as exigências da LRF e apresentou a importância desta lei para a gestão pública no Município de Cacoal - RO. O estudo utilizou-se do método dedutivo, tendo natureza qualitativa e os objetivos da pesquisa foram exploratórios e descritivos. Realizou-se análise documental para atender ao objetivo geral da pesquisa e os dados da análise organizaram-se conforme objetivos específicos. Observou-se que a despesa com pessoal do referido Poder atende ao limite máximo (54% da RCL), todavia não atende ao limite prudencial (51,30% da RCL), ambos estabelecidos pela LRF. O referido Poder adota estratégias a fim de atender os limites citados anteriormente tendo em vista a importância da LRF para a gestão municipal; e assim sugeriram-se medidas a serem adotadas a fim de reduzir essa despesa ou ao menos estagná-la, garantido, desse modo, o cumprimento das exigências da LRF nos próximos exercícios.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal; Planejamento; Transparência; Controle; Despesa com Pessoal.

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), editada em 4 de maio de 2000, para atender a uma demanda da sociedade, a qual necessita e exige, que gestores públicos administrem o Estado com grau maior de moralidade, transparência e responsabilidade visando alcançar e manter o equilíbrio fiscal, aderiu normas de finanças públicas ao estabelecer um novo regime fiscal, baseado nos princípios de transparência, controle e responsabilidade, encontrados em outras legislações como a dos Estados Unidos, e da Nova Zelândia (MENINI, 2003).

A edição da LRF está prevista pela Constituição Federal de 1988, e tem a finalidade de abordar e regulamentar sobre assuntos jurídicos, como meio de preencher a lacuna que permitia a interpretação de forma conveniente dos dispositivos legais; financeiros, para promover a consolidação nacional de um padrão quanto à terminologia e elaboração das prestações de contas do Estado; e políticos, por meio da imposição de regras rígidas que objetivam finalizar o modelo de administração pública que visa objetivos distintos ao bem comum da sociedade (MENINI, 2003).

¹Concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob orientação da Prof^a Ms. Ellen Cristina de Matos.

A LRF define que gestão fiscal responsável consiste em planejamento e transparência, cumprimento das metas estabelecidas para a receita, despesa, resultado nominal, resultado primário, bem como observar as condições para a renúncia de receita, os limites dos gastos com pessoal, seguridade social, observar as condições para a inscrição de restos a pagar, os limites das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito, concessão de garantia, o limite da antecipação da receita, sendo possível prevenir riscos e corrigir desvios que venham a resultar em desequilíbrio das contas públicas (BRASIL, 2000).

Em relação ao equilíbrio das receitas e despesas públicas, a LRF estabelece em seu artigo 20, III, “b”, que as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal não poderá ultrapassar 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL).

A Despesa Total com Pessoal (DTP) do ente é formada pelo montante gasto com o pagamento de pessoal ativos, inativos, pensionistas; cargos de mandato eletivo, com civis e militares, membros do Poder ou outros, que podem ser: vantagens fixas ou variáveis; proventos e aposentadoria; reformas e pensões, bem como gratificações, horas extras ou outras vantagens pessoais mais as contribuições previdenciárias recolhidas (BRASIL, 2000).

As despesas com pagamento de mão de obra terceirizada com a finalidade de substituição de servidores públicos da administração é contabilizada como “Outras Despesas com Pessoal” (BRASIL, 2000).

Pelas considerações mencionadas, o estudo teve como problema de pesquisa: verificar como estão sendo aplicados os recursos destinados às despesas com pessoal do Poder Executivo no Município de Cacoal – RO, e, para se chegar ao resultado teve como objetivo geral verificar a aplicabilidade dos recursos destinados às despesas com pessoal do Poder Executivo conforme a LRF.

Visando alcançar o objetivo geral, o estudo se utilizou dos seguintes objetivos específicos: identificar nos demonstrativos contábeis as despesas com pessoal no período de 2010 a 2013; analisar se as despesas com pessoal atenderam as determinações da LRF; analisar as ações estratégicas do Poder Executivo Municipal para atender a LRF; e apresentar a importância da LRF para a gestão pública municipal.

Ante a importância do equilíbrio das contas públicas e da gestão responsável e transparente dos recursos públicos, por meio do adequado uso das ferramentas de planejamento postos pela LRF, que são: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), observando as orientações dadas por essa lei, possibilitando o acompanhamento da execução orçamentária bem como o cumprimento das metas estabelecidas, identificou-se a importância em realizar um estudo de

caso relacionado a aplicabilidade dos recursos destinados à despesa com pessoal no Poder Executivo do município de Cacoal-RO.

A presente pesquisa contribui para uma compreensão acerca das destinações dadas, pelos gestores, a partir dos recursos públicos do Poder Executivo municipal de Cacoal-RO, bem como verificar o cumprimento da LRF pelo Poder, além de contribuir para a expansão do referencial teórico sobre o tema.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se do método dedutivo, tendo sua natureza qualitativa e os objetivos foram exploratórios e descritivos. A análise consistiu em um comparativo da despesa com pessoal, tanto a fixada e quanto a executada nos períodos de 2010 a 2013, identificando estas despesas relativas ao citado período, analisando-as quanto ao cumprimento das determinações da LRF, verificando as estratégias que esse Poder tem adotado com a finalidade de atender a LRF, e a importância dessa lei para a gestão pública municipal, visando a apresentação dos resultados.

O estudo é constituído por 6 (seis) partes e organizado da seguinte forma: Introdução; Referencial Teórico abordando sobre: a Lei de Responsabilidade Fiscal; conceitos e aspectos históricos; instrumentos de planejamento conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); gestão municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal; gestão financeira municipal; limites da despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e despesas públicas; Constitui-se ainda de Metodologia; Análise e discussão dos resultados e subdivide-se em: despesas com pessoal no período de 2010 – 2013; análise da despesa quanto ao atendimento às determinações da LRF; estratégias utilizadas para atender a LRF e a importância dessa lei para a gestão municipal, e na sequência apresentam-se as Considerações Finais sobre o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa sessão abordam-se conceitos, definições, leis e demais informações bibliográficas que nortearam as discussões da pesquisa realizada.

2.1 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – CONCEITOS E ASPECTOS HISTÓRICOS

A LRF foi editada em 04 de maio de 2000, e estabelece normas de finanças públicas

voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, a qual, conforme Gerick e Clemente (2012) reforça a importância dos instrumentos de planejamento já enfatizados pela Constituição Federal de 1988. Assim, a LRF aborda ainda sobre o desenvolvimento das atividades financeiras dos entes, quando coloca a necessidade da administração pública realizar o planejamento, e:

- a) Estimar antecipadamente as receitas que darão cobertura às despesas a serem registradas no orçamento público;
- b) Elaborar programação financeira estabelecendo metas para as receitas que se pretende arrecadar, e cronograma de desembolso para as despesas que pretende executar, visando o cumprimento de metas e o equilíbrio entre as receitas e despesas;
- c) Assentamento de metas para o resultado primário;
- d) Assentamento de metas para o resultado nominal;
- e) Previsão nos instrumentos de planejamento de margem de expansão para as despesas públicas consideradas de caráter obrigatório e continuadas (GERICK; CLEMENTE, 2012).

Maia (2007) afirma que a LRF, por meio de seus princípios, norteia as ações do gestor público no exercício de seu cargo. Para o autor, a LRF está estruturada sobre três pilares, que são: o planejamento, a transparência e o controle. Junto a esses pilares, estão princípios que garantem o cumprimento das normas contidas nessa Lei.

De acordo com Maia (2007) a LRF atribui responsabilidade ao sistema orçamentário brasileiro por meio da imposição do orçamento em três peças: PPA, LDO e LOA, que juntos são capazes de demonstrar a origem dos recursos públicos e suas destinações. Dessa forma, o planejamento deixou de ser elaborado apenas para o cumprimento da legislação, passando a ser um instrumento de gestão.

Quanto à transparência, a LRF em seus artigos 48 e 49, determina que as contas públicas sejam publicadas, inclusive em meios eletrônicos, cumprindo o princípio constitucional da transparência, dando assim ao cidadão ciência do que está sendo executado pelo poder público e de todos os atos administrativos (BRASIL, 2000).

Martins (2010) corrobora com o assunto discursando que a LRF constitui uma importante ferramenta de auxílio na tomada de decisões, pois essa lei tem como objetivo fornecer informações atualizadas e corretas que ajudam na tomada de decisões, aos órgãos e de controle interno e externo, no cumprimento da legislação e nos cálculos estatísticos, trazendo uma grande melhora para as contas públicas.

A LRF introduziu no setor público o controle de custos, com a intenção de fazer cumprir os princípios constitucionais da eficiência, eficácia e economicidade, por meio da programação financeira e cronograma mensal de desembolso, proporcionando maior controle aos gastos públicos e consequente equilíbrio das contas públicas (BRASIL, 2000).

A respeito de planejamento e do equilíbrio das contas públicas, Jund (2008) corrobora afirmando que as despesas executadas não poderão ser maiores que as despesas fixadas, pois isso é chamado na administração pública, de déficit orçamentário. No caso das receitas pode haver diferença (menor ou maior) entre a previsão e execução, pois se trata de uma previsão. Já no caso das despesas, trata-se de fixação e por isso só poderão ser empenhadas até o valor fixado, o que provavelmente proporcionará uma diferença, que deverá ser a menor, caso contrário, constituirá um déficit orçamentário.

A LRF não foi a primeira a tratar sobre finanças públicas e equilíbrio das contas públicas. Na década de 1960, entrou em vigor a Lei nº 4.320/64, que instituiu normas gerais de direito financeiro, elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o que de acordo com Queiroz e Júnior (2011, p. 8), “influenciou diretamente a Administração Pública no Brasil, durante várias décadas, e seus preceitos ainda são muito importantes para gestores públicos de todas as esferas”.

Na década de 1980, a Constituição Federal passou a tratar de assuntos relacionados à Administração Pública, prevendo em seu artigo 169 que a despesa com pessoal deverá ser regulamentada por Lei Complementar. Assim, em 1995, entrou em vigor a Lei Complementar nº 82/1995, mais conhecida como Lei Camata, que foi reeditada, passando para Lei Complementar nº 96/1999, e posteriormente (2000) revogada pelo artigo 75 da Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 1995; 1999; 2000).

A Lei Camata, em todas as suas edições regulamentava apenas assuntos relacionados a despesa com pessoal cumprindo a exigência do artigo 169 da Constituição Federal de 1988. Já a Lei Complementar nº 101/2000, é mais abrangente, pois trata sobre finanças públicas e equilíbrio das contas públicas estabelecendo a adoção de medidas e planejamento, organização, controle interno e externo visando assim maior transparência aos gastos da administração pública (BRASIL, 1995; 1999; 2000).

A LRF objetiva estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, com o intuito de orientar gestores de recursos públicos no âmbito Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, em qualquer dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como as administrações alcançadas por estes, propiciando o norteamento dos atos da gestão pública, limitando os gastos e as receitas mediante a adoção de planejamento, organização e controle

interno e externo, para dar transparência aos feitos governamentais em nome da população, além de prever penalidades aos gestores que assim não o fizer (CRUZ; ADALTO JUNIOR, 2006).

De acordo com Menini (2003), a edição da LRF além de estar prevista na Constituição Federal de 1988, atende a três principais finalidades: jurídica, o preenchimento de uma lacuna que permitia a interpretação de forma conveniente dos dispositivos legais; financeira, para promover a consolidação nacional de um padrão quanto à terminologia e elaboração das prestações de contas do Estado; e política, a imposição de regras rígidas que visam colocar um basta no estilo de administração pública dominante no país.

Menini (2003) afirma ainda não ser recente o fato de a sociedade, receber notícias acerca do mau uso do dinheiro público, envolvendo desvios, obras superfaturadas, atos praticados por governantes sem visão de gestão responsável e transparente.

A LRF proporciona maior transparência à gestão pública, uma vez que a partir do início da vigência dessa lei, os gestores da coisa pública não poderiam mais autorizar despesas que não pudessem ser quitadas dentro do ano corrente. Assim não é possível que um gestor crie uma despesa e deixe para o gestor seguinte quitá-la (CRUZ; ADALTO JUNIOR, 2006).

A LRF, visando manter o equilíbrio das contas públicas, instrui o gestor no sentido de gerir coisa pública de forma responsável, por meio da adoção de medidas, corrigindo assim possíveis desvios. Contudo, havendo infringência às normas estabelecidas por essa lei, o infrator fica sujeito a penalidades e restrições (BRASIL, 2000).

A gestão financeira pública consiste na alocação do orçamento, previsão, execução orçamentária, contabilidade, relatórios financeiros, gestão da dívida e gestão de investimentos (VELOZO *et al*, 2011). E para manter o equilíbrio fiscal entre as entradas e as saídas do ente, é importante que haja ferramentas infalíveis de planejamento. Assim a promulgação da Constituição Federal em 1988, provocou uma reforma no processo orçamentário brasileiro, destacando a criação dos instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA (BRASIL, 1988).

2.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Ao administrar um ente público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, o gestor deve buscar incansavelmente conhecer e interpretar quais são as reais necessidades da sociedade como um todo e satisfazê-las por meio da prestação de serviços, que é a atividade principal do setor público (GERICK; CLEMENTE, 2012).

E para que as ações do administrador público atendam às necessidades da população e as exigências da legislação é necessário que haja um planejamento prévio das despesas que se pretende saldar num determinado exercício, e também das receitas que se pretende arrecadar, visando alcançar o equilíbrio fiscal. Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o processo orçamentário em três peças: o PPA, a LDO e a LOA (BRASIL, 2000).

Quintana (2011) corrobora discursando que o planejamento é a primeira fase no processo de gestão, tanto em empresa pública ou privada, já que é por este que se projeta o futuro da organização.

2.2.1 Plano Plurianual (PPA)

O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e deverá conter em seu bojo diretrizes, objetivos e metas da administração pública objetivando orientar o gestor quanto a aplicação dos recursos públicos. O PPA substituiu o Orçamento Plurianual de Investimentos (OIP), e é um instrumento de planejamento abrangendo quatro exercícios, e cada ente da Federação elaborará o seu próprio PPA (PIRES, 2002; ANDRADE, 2008).

O OIP era o instrumento de planejamento governamental utilizado antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, e se limitava apenas a planejar investimentos e não alcançava diretrizes, objetivos e metas para toda a administração, como é o caso do PPA (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

Para Andrade (2008) os instrumentos de planejamento devem manter relações entre si e representar monetariamente o planejamento expressando as metas para arrecadação de receita e execução das despesas sendo compatíveis os valores registrados em cada peça dos instrumentos de planejamento. O PPA, para atender as demandas da LRF, deve visar o crescimento econômico e a expansão das ações do governo.

Dada a sua importância, em virtude de ser um instrumento de planejamento governamental, o PPA deve ser elaborado, executado, aprovado e avaliado de forma que garanta a sua credibilidade, universalidade e vitalidade. Ele é um instrumento de planejamento que agencia à convergência do conjunto de ações que apontam o cumprimento das estratégias governamentais e os meios orçamentários necessários a viabilização dos gastos públicos, tendo a finalidade de influenciar as ações que venham a suprir as necessidades imediatas, seguindo estratégias e visão a longo prazo (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

A Constituição Federal de 1988 aponta que o PPA é um instrumento orçamentário

destinado a estabelecer diretrizes, objetivos e metas para a administração, e assim, deverá conter as despesas de capital, aquelas que aumentam o patrimônio, as despesas decorrentes das despesas de capital, aquelas que representam o incremento de gastos decorrentes da ampliação dos bens e serviços de capital, e a criação de novos programas, os que visam diminuir os custos da administração.

O planejamento governamental, por meio do PPA estrutura-se mediante programas que articulam um conjunto de ações que visam o alcance do objetivo proposto no planejamento, mantendo integração com os orçamentos anuais (ROSA, 2011).

De acordo com Andrade (2008) o PPA é de iniciativa do Poder Executivo e de responsabilidade de todos os órgãos da administração de cada ente da Federação e deve ser encaminhado à Câmara até o dia 31 de agosto, do primeiro ano de mandato e devolvido ao Executivo até o dia 31 de dezembro.

Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 45) afirmam que “o PPA bem orientado a resultados constitui um poderoso instrumento de gestão que poderá ser utilizado na otimização da aplicação dos recursos disponíveis”.

2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO é proposta pelo chefe do Poder Executivo de cada ente da Federação, devendo este enviá-la ao Poder Legislativo para análise, aprimoramento e aprovação. A LDO, por sua vez, constitui-se como um elo entre o PPA e a LOA, viabilizando a execução dos programas governamentais, identificando entre os programas a prioridade de cada um na execução do orçamento (ANDRADE, 2008).

A Constituição Federal de 1988, estabelece que na LDO conterà: as metas e prioridades da administração pública federal, inclusive as despesas de capital; a orientação a respeito da elaboração da LOA; dispor sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

O conteúdo da LDO dos demais entes da federação deverá ser regulamentado por legislação específica, dentre as quais se destacam: Constituições Estaduais e Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

A LRF ampliou o conteúdo da LDO, incluindo em seu bojo outras obrigações além daquelas já exigidas pela Constituição Federal de 1988. São estas (BRASIL, 2000):

- a) O equilíbrio das contas públicas;
- b) Critérios para a limitação do empenho, quando verificado que este não

comportará o cumprimento das metas do resultado primário e resultado nominal;

c) Critérios para a limitação do empenho enquanto perdurar o excesso da dívida consolidada de entes da federação que tenham ultrapassado o limite legal;

d) Normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento; e,

e) Demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

A LRF estabeleceu ainda, que o projeto da LDO deverá conter o Anexo de Metas Fiscais (AMF), onde serão estabelecidas metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receita, a despesa, resultado nominal, resultado primário e da dívida pública para o exercício referido e para os dois seguintes, e o Anexo de Riscos Fiscais (ARF), onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas no caso em que o risco se concretizar (BRASIL, 2000).

Para Albuquerque, Medeiros e Silva (2013), por ser um instrumento de mediação entre as diretrizes, objetivos e metas propostos pelo PPA e a previsão da receita e fixação da despesa propostos pela LOA, a LDO constitui instrumento de balanceamento entre as estratégias traçadas pelo governo, e as reais possibilidades de execução destas ao longo do período de implementação do PPA.

2.2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

De acordo com Albuquerque, Medeiros e Silva (2013), o orçamento rege-se pelos seguintes princípios: Unidade: um só orçamento para toda a esfera de governo; Universalidade: devem conter todas as receitas e despesas; Anualidade: refere-se a um período limitado de tempo; Exclusividade: deve dispor somente de matéria orçamentária; Especificação: as despesas devem ser classificadas e discriminadas; Publicidade: o conteúdo Orçamentário é público; Orçamento Bruto: as receitas e as despesas devem constar do orçamento em seu valor bruto; Não Afetação das Receitas: nenhuma parcela da receita geral deve ser reservada para determinados gastos; e, Equilíbrio: o orçamento deve ter suas receitas e despesas balanceadas.

O orçamento público é uma ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização em que a alocação de recursos aponta a consecução de objetivos e metas da administração (ANDRADE, 2008).

A Lei Orçamentária Anual organiza o orçamento em: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos. A LOA é um instrumento de planejamento, do qual o administrador se utiliza para gerenciar as receitas e despesas públicas, e constitui-se também um meio para que este receba autorização para execução do orçamento e sua elaboração deverá ser compatível com o PPA e a LDO (PIRES, 2002).

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 2º, determina que a lei orçamentária deverá discriminar a receita e a despesa de forma a demonstrar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, respeitando os princípios da unidade, da universalidade e da anualidade (BRASIL, 1964)..

O artigo 3º, também da Lei nº 4.320/64, complementando o artigo 2º, consolida o princípio da universalidade e determina que deve constar da lei orçamentária todas as receitas, inclusive aquelas derivadas da contratação de operação de crédito autorizadas em lei, exceto aquelas advindas da operação de crédito por antecipação da receita, a emissão de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro (BRASIL, 1964).

A LRF sugere ainda que deverão constar da LOA os seguintes itens (BRASIL, 2000):

- a) Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os objetivos e metas constantes da LDO;
- b) Demonstrativo do Impacto Orçamentário-financeiro referente às renúncias de receitas e as despesas obrigatórias de caráter continuado;
- c) Reserva de Contingência definida com base na RCL que será utilizada no pagamento dos passivos contingentes;
- d) Despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão; e,
- e) Separadamente, o refinanciamento da dívida mobiliária.

Pires (2002) afirma que é vedado à consignação de crédito sem previsão ou dotação ilimitada e atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada ou atualização do principal da dívida mobiliária refinanciada superior à variação do índice de preços previsto na LDO.

Havendo a necessidade de alteração ao orçamento inicial, esta deve ser feita por meio de créditos adicionais, os quais se dividem em três modalidades, sendo estas: Suplementares (reforço da dotação inicial); Especiais (destinados para saldar despesas que não possuem dotação específica); e Extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública) (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

2.3 A GESTÃO MUNICIPAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A gestão municipal vem ocupando maior espaço na formulação e execução de políticas públicas no Brasil nas últimas três décadas em virtude da redefinição do papel dos municípios brasileiros no provimento de bens e serviços públicos à população, causado principalmente pelos seguintes processos: a descentralização federativa, a universalização dos direitos da cidadania e a instituição da seguridade social (VELOSO *et al* 2011).

Veloso *et al* (2011) afirma que o processo de descentralização, a universalização dos direitos e a implantação da seguridade social, resultaram em importantes impactos nas relações fiscais da Federação brasileira, principalmente após as mudanças constitucionais de 1988, com a ampliação das competências tributárias e das responsabilidades de gastos municipais. No entanto, essas mudanças também afetaram as desigualdades na repartição dos recursos entre municípios, o que torna o tema ainda mais relevante e complexo.

Frente a essa desigualdade de poder aquisitivo entre os municípios brasileiros, é necessário que haja o desenvolvimento de parcerias entre a União, os Estados e os Municípios a fim de aproximar uns dos outros. Deve-se também criar políticas públicas eficientes capazes de reduzir custos e proporcionar o acesso dos cidadãos aos serviços básicos oferecidos pelo Poder Público, tais como: saúde e educação de qualidade, lazer, entre outros serviços (CORRÊA *et al* 2010).

Para Milhomem (2011, p. 2), a finalidade da administração pública é a execução de obras e serviços realizados pelo governo, com intuito de atender as necessidades da sociedade, afirmando que “a administração pública baseia-se nas relações e articulações políticas aplicadas em benefício da sociedade e através das maneiras que se relaciona com seus cidadãos, orientada para o atendimento às necessidades da sociedade”.

Assim, levando em consideração que a gestão pública consiste na prestação de serviços aos cidadãos, à descentralização e eficiência aos gastos públicos, percebe-se a importância da expansão da atuação dos municípios, ressalvada a particularidade de cada um, esses devem criar metas incansavelmente e modernizar sistemas a fim de aumentar dia após dia à eficiência e eficácia do modelo de gestão praticada (CORRÊA *et al* 2010).

Para Gerigk e Clemente (2012), a gestão pública municipal consiste em conhecimento e soluções de questões de interesse local e envolve aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

2.3.1 Gestão Financeira Municipal

O inciso III, do artigo 30, da Constituição Federal de 1988, atribuiu aos municípios plena capacidade tributária, competindo a estes, a instituição e arrecadação de tributos de sua competência bem como aplicar suas rendas, contudo, devendo estes prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei (BRASIL, 1988).

Apesar da igualdade tributária atribuída aos municípios, os menores encontram dificuldades para manter suas atividades independentes, em virtude de sua arrecadação ser consideravelmente pequena e não ser suficiente para fazer frente às obrigações assumidas com a sociedade. Assim, é necessário que estes recebam transferências constitucionais da União e do Estado (GERIGK; CLEMENTE, 2012).

Para Veloso *et al* (2011) quando os municípios têm uma estrutura organizacional isso pode significar maior estabilidade e a garantia da continuidade das atribuições e das atividades em períodos de mudança política e administrativa.

A relevância apresentada pelo município diante da estrutura político-administrativa brasileira, e as manobras praticadas pelo gestor na hora de decidir quanto à aplicação de seus recursos, é peça fundamental para a saúde financeira do município, face aos repasses constitucionais a receber (GERIGK; CLEMENTE, 2012).

Os setores considerados mais relevantes pelo gestor tendem a receber maior autonomia orçamentária e na tomada de decisão, chegando até tornarem-se uma secretaria independente. Já aqueles considerados de menor importância pelo gestor, geralmente não chegam a receber nem mesmo uma estrutura institucional definida (GERIGK; CLEMENTE, 2012; VELOSO *et al* 2011).

2.4 LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

De acordo com a LRF, os gastos com despesa com pessoal dos Municípios não poderá ultrapassar (BRASIL, 2000):

- a) Para o Poder Executivo, o limite de 54% da Receita Corrente Líquida; e,
- b) Para o Poder Legislativo, o limite de 6% da Receita Corrente Líquida.

E para tanto considera-se RCL todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos por meio de valores, bens que representam valores, leis que resultem em um direito, ou títulos representativos de valores em favor do Estado, ou mesmo recolhimento de valores que não

lhes pertença de fato, sendo o Estado apenas o depositário desse bem. Assim, a receita pública pode ser definida como recursos auferidos que serão computados no resultado financeiro e econômico (ARAÚJO; ARRUDA, 2006).

A RCL é apurada pelo somatório das receitas arrecadadas nos últimos onze meses e a receita arrecadada no período de referência (BRASIL, 2000).

As despesas com pessoal têm a finalidade de remunerar os servidores que prestam serviços à administração de caráter efetivo, emprego ou função de confiança, bem como o pagamento de aposentadorias, reformas e pensões, obrigações trabalhistas que incidem sobre a folha de pagamento, contribuições previdenciárias e benefícios assistenciais. Nesse grupo também se incluem as gratificações adicionais e outros direitos remuneratórios previstos na estrutura remuneratória dos militares (ANGÉLICO, 2006).

As despesas referentes ao pagamento de contratos de mão de obra com a finalidade de substituição de servidores e empregados públicos são classificadas no grupo “outras despesas com pessoal” (BRASIL, 2000).

Para Freitas (2011), a limitação do gasto com pessoal é um dos mecanismos utilizados pela LRF para atribuir ao gestor público responsabilidade com os bens públicos objetivando o equilíbrio das contas públicas.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012), o gasto com pessoal independe da natureza do vínculo empregatício, ou seja, todo montante gasto com o pagamento de servidores públicos integra o gasto total com pessoal e compõe o cálculo do limite desse gasto, sendo inclusos nesses gastos “tanto servidores efetivos, como cargos em comissão, celetistas, empregados públicos e agentes políticos” e os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, contratados por meio de processo seletivo ou não.

Por sua vez, a LRF conceitua despesa com pessoal como o montante gasto com pagamento de pessoal: ativos, inativos, pensionistas, cargos de mandato eletivo, com civis e militares, membros do Poder ou outros, que podem ser vantagens fixas ou variáveis, proventos e aposentadoria, reformas e pensões, bem como gratificações, horas extras ou outras vantagens pessoais mais as contribuições previdenciárias recolhidas (BRASIL, 2000).

As despesas com pagamento de mão de obra terceirizada com a finalidade de substituição de servidores públicos da administração é contabilizado como Outras Despesas com Pessoal. Assim, despesas com pessoal são despesas de caráter continuado, derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo, sendo fixada a obrigação legal por período superior a dois anos, conforme institui a LRF (BRASIL, 2000).

A verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal é apurada quadrimestralmente para Municípios com população acima de 50 mil habitantes, e facultada à apuração semestralmente, em Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Contudo, para que a apuração seja semestral, o chefe do Poder Executivo precisa optar por esse modelo de apresentação (BRASIL, 2000).

Para fins de verificação do cumprimento do limite de despesa com pessoal, devem ser excluídas as despesas decorrentes de exercícios anteriores, ou seja, aquelas que foram liquidadas mais que por algum motivo não houve o pagamento no exercício que as originaram, pois estas aumentam o volume da despesa desnecessariamente (BRASIL, 2012).

Ademais, a LRF estabelece um limite prudencial e determina em seu artigo 22, § 1º, que no período em que a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite (54%), fica o Poder ou órgão, que houver incorrido no excesso, proibido a (BRASIL, 2000):

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37, da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II, do § 6º, do art. 57, da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O artigo 23, da LRF, determina ainda que se o ente ultrapassar o limite legal, nesse caso (54%), o excesso terá que ser eliminado nos dois próximos quadrimestres, sendo que no mínimo 1/3 terá que ser eliminado no quadrimestre seguinte (BRASIL, 2000).

Além do limite legal (54% da RCL) e do limite prudencial (95% do limite legal) existe ainda um limite de alerta para os gastos de pessoal. Esse limite é correspondente a 90% do total do limite legal (54%). No período em que o Tribunal de Contas competente verificar a transposição desse percentual, deverá emitir sinal de alerta ao ente que houver incorrido no excesso (BRASIL, 2012).

Quando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) for baixo ou negativo, o prazo para que o ente retorne ao limite legal da despesa é duplicado, ou seja, deverá reduzir no mínimo 1/3 do excesso nos dois primeiros quadrimestres, e o restante nos dois próximos quadrimestres (BRASIL, 2012).

2.4.1 Despesas Públicas

Angélico (2006) conceitua despesa pública, como sendo o montante dos pagamentos de qualquer natureza efetuado pelo ente público aos credores, e as classifica inicialmente em dois grupos: despesas orçamentárias, aquelas autorizadas no orçamento, e despesas extra orçamentárias, aquelas que independem de autorização orçamentária.

Corroborando, Andrade (2008) considera como despesa pública todas as saídas de recursos a fim de saldar gastos fixados em lei orçamentária ou especial e destinado ao custeio de despesas com serviços públicos, destacando entre estes, o custeio e investimentos, aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importância recebida a título de caução, depósitos e consignações.

2.4 ESTRATÉGIAS PARA ATENDER A LRF DE ACORDO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atuando como órgão fiscalizador, criou alguns artifícios que podem ser usados para desonerar a folha de pagamento a fim de atender as demandas da LRF (RONDÔNIA, 2002; 2003; 2013).

As deduções referentes a 1/3 de férias; deduções referentes ao pagamento de pessoal que prestam serviços para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF); e dedução da parcela do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a folha de pagamento dos servidores, são estratégias legais que podem ser adotadas com a finalidade de que a despesa com pessoal atenda ao limite de 54% da RCL assim como foi estabelecido pela LRF (RONDÔNIA, 2002; 2003; 2013).

Quanto às deduções referentes ao 1/3 Constitucional de Férias, esta foi disposta pelo Parecer Prévio nº 9/2013, do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o qual pronuncia que as despesas decorrentes do pagamento do terço constitucional poderão ser deduzidas do cômputo dos gastos com pessoal no momento da apuração dos limites de que trata o artigo 20, da Lei LRF, já que esta despesa trata-se de um reforço financeiro de caráter indenizatório previsto pela Constituição Federal de 1998 (RONDÔNIA, 2013).

O Parecer Prévio nº 177/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia dispõe sobre a dedução dos recursos do PACS/PSF, e regulamenta que a fim de atender as demandas da LRF, o ente poderá deduzir do cômputo da despesa com pessoal, aquelas referentes aos programas citados, já que essas despesas são pagas com recursos do Governo Federal e não

com recursos próprios como são as outras. Contudo, da parcela desembolsada de recursos próprios do município destinados ao pagamento de pessoal inseridos nos PACS/PSF, não poderão ser deduzidos (RONDÔNIA, 2003).

Já a dedução da parcelado Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a folha de pagamento dos servidores, foi regulamentada pelo Parecer 56/2002/TCE-RO, pois de acordo com o referido parecer, essas despesas constituem-se de receitas tributárias do ente por princípios dos artigos 157, I, 158, I, c/c o §1º, do artigo 159, da Constituição Federal de 1988, e por isso são passíveis de dedução visando atender ao limite legal para a despesa com pessoal inserido pela LRF.

3 METODOLOGIA

O método escolhido para a realização do estudo foi o dedutivo, utilizando-se de conceitos gerais sobre planejamento público; LRF; gestão pública municipal, gestão financeira municipal entre outros conceitos. Quanto à natureza da pesquisa é considerada qualitativa, pois foram analisados e interpretados os dados da aplicação dos recursos destinados à despesa com pessoal no Poder Executivo Municipal de Cacoal. E os objetivos foram classificados como descritivos e exploratórios.

Como técnica para a coleta de dados utilizou-se a documental e entrevista com o contador da prefeitura de Cacoal-RO. A primeira coleta de documentos realizou-se no dia 14 de maio de 2013, junto à secretaria de planejamento, sendo que ao serem analisados observou-se que faltavam informações e assim. No dia 9 de junho de 2014 foram coletados documentos faltantes e necessários para alcançar o resultado junto à contadoria do município. Durante esse período, houve vários contatos pessoalmente, via telefone e via email com o contador e o coordenador do planejamento a fim de esclarecimentos dos dados constantes dos demonstrativos.

Elaborou-se ainda um roteiro de entrevista, a fim de esclarecer algumas informações que se divergiam nos demonstrativos analisados, e para verificar a importância da LRF para a gestão municipal. A entrevista foi realizada via email no dia 25 de junho de 2014, em virtude do grande volume de afazeres do contador o qual pediu que assim fosse realizada.

Foi solicitado ainda, junto ao setor de planejamento, documentos que comprovassem o porquê da diferença entre as despesas com pessoal executadas e as fixadas, os quais foram encaminhados via email no dia 12 de julho de 2014. Assim, o período da realização da pesquisa foi de 14 de maio a 12 de julho de 2014.

Os documentos analisados foram demonstrativos fiscais, gerenciais e de planejamento, sendo estes: Demonstrativos da Despesa com Pessoal Fixada por Órgão e Poder (2010; 2011; 2012 e 2013); Demonstrativos da Despesa com Pessoal Executada por Órgão e Poder (2010; 2011; 2012 e 2013); Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (2010; 2011; 2012 e 2013) e Demonstrativos do Impacto Orçamentário (2011; 2012 e 2013).

A pesquisa consistiu em um estudo de caso e os resultados e a discussão foram organizados a partir dos quatro objetivos específicos propostos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa sessão abordam-se os resultados e discussão alcançados a partir dos objetivos específicos do estudo.

4.1 DESPESAS COM PESSOAL NO PERÍODO DE 2010 – 2013

De acordo com dados disponibilizados no sítio eletrônico da prefeitura, a RCL em 2013, somou o montante de R\$124.639.923,00, e a despesa com pessoal executada em 2013 somou o montante R\$66.323.967,86, equivalente a 53,21% da RCL (CACOAL, 2014).

A respeito de despesas com pessoal a STN por meio do Manual de Demonstrativos Fiscais articula que estas, não dependem do vínculo empregatício, ou seja, todas as despesas com servidores, independente do regime de trabalho, integram o cálculo da Despesa Total com Pessoal (DTP). Considera-se nesse cálculo os servidores efetivos, cargos em comissão, celetistas, empregados públicos e agentes políticos e também os agentes comunitários de saúde (BRASIL, 2012).

A despesa com pessoal também não depende de avaliação jurídica da legalidade da contratação, ou seja, tanto as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, como aquelas constituídas por meio de concurso público (BRASIL, 2012).

A seguir, na tabela 1, apresenta-se um comparativo da despesa geral, tanto a fixada quanto executada do Poder Executivo do município de Cacoal-RO, nos exercícios de 2010 a 2013.

Tabela 1: Comparativo Geral da Despesa Fixada com a Despesa Executada

Despesa de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Fixada	45.853.000,00	49.325.000,00	60.480.000,00	66.152.000,00
Executada	50.280.324,41	60.400.718,82	60.496.575,02	66.323.967,86
RCL	98.135.964,94	112.538.631,66	114.722.002,94	124.639.923,00
% da DTP sobre a RCL	51,24%	53,67%	52,73%	53,21%

Fonte: Cacoal (2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

Observa-se na Tabela 1 que em todos os períodos a despesa com pessoal executada foi maior que a prevista. Ao buscar informações a respeito desta diferença junto à secretaria de planejamento do município, esta forneceu os demonstrativos do impacto orçamentário dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, os quais se encontram anexos ao artigo, e foram chamados de anexos A, B, C, D, E, F, G, H e I.

Em 2011, de acordo com o Demonstrativo do Impacto Orçamentário (2011) esta variação foi em virtude da provável contratação de médicos e engenheiros e pessoal técnico para atender a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) (Anexo “A”), e também em virtude da implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração (PCCR) (Anexo “B”) (CACOAL, 2014i; 2014j).

Em 2012, de acordo com o demonstrativo do Impacto Orçamentário (2012) a diferença (a maior) entre a despesa com pessoal fixada e a executada foi em virtude da contratação de pessoal para atender a Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho (SEMAST), implantação do PCCR do Fundo Municipal de Saúde (FMS) (Anexo “C”); e Acréscimo de 22% sobre o novo piso salarial da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) (Anexo “D”) (CACOAL, 2014l; 2014m).

Já no exercício de 2013, conforme figuram os demonstrativos do Impacto Financeiro Orçamentário (2013), a execução de despesas com pessoal foram maiores do que a fixação por: reajuste concedido ao piso salarial de magistério (Anexo “E”); Acréscimo da despesa com pessoal em virtude da alteração do anexo II, da Lei nº 2.413/2008 (Anexo “F”); pela contratação de 10 merendeiras e 12 zeladoras para atender a SEMED (Anexo “G”); contratação de instrumentador cirúrgico, técnico em imobilização ortopédica e terapeuta ocupacional para atender as demandas do FMS (anexo “H”) (CACOAL, 2014n; 2014o; 2014p; 2014q; 2014r).

Importa frisar que não forneceu algum documento explicando essa diferença de execução em relação à fixação da despesa com pessoal em 2010.

Jund (2008), corroborando com a matéria, explica que essa diferença é considerada

como um déficit orçamentário. Segundo o autor, no caso das receitas pode haver diferença (menor ou maior) entre a previsão e execução, pois se trata de uma previsão. Já no caso das despesas, trata-se de fixação e por isso só podem ser empenhadas até o valor fixado, o que provavelmente proporcionará uma diferença, que deverá ser menor que a despesa fixada, ou caso contrário, constituirá um déficit orçamentário, como é o caso das despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Cacoal em todos os períodos analisados.

Nesse sentido, Pires (2002) argumenta que a LOA é um instrumento de planejamento que ampara o gestor no gerenciamento das receitas e despesas públicas, reforçando o que já articulava a Lei nº 4.320/64, determinando que a LOA discriminasse as receitas e as despesas públicas, como forma de demonstrar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo respeitando os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Considerando que a prestação de serviços é a principal atividade da administração pública (Milhomem, 2011), é importante que o gasto com o pagamento de pessoal seja bem planejado, assim o Poder Executivo do município de Cacoal-RO, deve buscar incansavelmente o cumprimento das metas para as despesas com pessoal estabelecidas no planejamento.

E conforme já mencionado, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a despesa com pessoal independe tanto do vínculo empregatício, quanto da análise da legalidade da contratação. Assim, tanto as despesas com pagamento de pessoal efetivado por meio de concurso público, quanto os contratados temporariamente integram o montante da despesa com pessoal desse Poder, conforme elaborado acertadamente pelo município.

A respeito da formação do montante da despesa com pessoal, a LRF discursa que compõe esse montante as despesas com pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionista e outras despesas com terceirização, deduzidas as despesas com indenização, com programa de incentivo a demissão voluntária, por decisão judicial, despesas de exercícios anteriores despesa com pessoal ativo e inativo com recursos vinculados (BRASIL, 2012).

Conforme demonstrado no Quadro 4 (Apêndice A), a DTP é constituída por despesas com pessoal ativo, outras despesas, que são referentes a terceirização, menos as deduções que são referentes a despesas não computadas de acordo com o §1º do artigo 19 (BRASIL, 2000).

No campo 02, do quadro 4 (Apêndice A), estão as despesas com pessoal ativo, e de acordo com dados da entrevista realizada com o contador do Poder Executivo, as despesas inseridas nesse campo são todas as despesas do grupo 3.1, conforme pode ser visto detalhadamente no Apêndice “E”.

As despesas inseridas no campo 04, do Quadro 4 (Apêndice A) são aquelas referentes a terceirização de serviços públicos e conforme relatos do contador os demonstrativos do Poder Executivo do município são realizados com fulcro da LRF, a qual, em seu artigo 18, §1º, estabelece que: “os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas com Pessoal”, consequentemente, no campo a qual este parágrafo refere-se, assim como determina a STN (BRASIL, 2012).

No campo 06, do Quadro 4 (Apêndice A) estão as despesas decorrentes de indenizações que o município pagou a terceiros, e apesar de tal campo também tratar de incentivo a demissão voluntária, de acordo com informações fornecidas pelo contador, não existe programa de incentivo a demissão voluntária no município e que tais valores registrados neste campo são referentes a outras indenizações, sendo estas indenizações despesas não computadas no montante da despesa de pessoal, de acordo com o §1º, do artigo 19, da LRF (CACOAL 2014f; 2014g; 2014h e 2014i).

E considerando que de acordo com os demonstrativos da despesa com pessoal fornecidos pela contadoria e pela secretaria do planejamento existem 14 órgãos, sendo estes divididos em secretarias, fundos e autarquias, nos Quadros 5 (Apêndice B) e 6 (Apêndice C), apresenta-se um comparativo entre a despesa com pessoal fixada e a executada, a qual é discriminada por órgão, objetivando auxiliar na melhor compreensão acerca de como estão sendo aplicados os recursos destinados a despesa com pessoal do Poder Executivo de Cacoal.

São analisadas, mais detalhadamente, informações sobre os seguintes órgãos: Fundo Municipal de Saúde (FMS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal (SAAE), em virtude de serem os cinco que assumiram o percentual mais elevado da despesa com pessoal, e por serem os maiores do município, conforme pode ser visto no quadro 1 apresentado a seguir.

Quadro 1: Despesa com Pessoal Executada 2010-2013.

Órgão	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
FMS	18.097.155,52	35,99	19.280.744,69	31,92	20.343.700,30	33,63	23.680.488,08	35,70
SEMED	13.374.044,04	26,60	17.148.656,04	28,39	18.848.605,72	31,16	22.914.975,21	34,55
SEMAD	9.755.658,31	19,40	11.349.670,73	18,79	11.308.457,44	18,69	11.757.954,87	17,73
SEMOSP	2.088.775,80	4,15	2.315.736,23	3,83	2.159.239,85	3,57	1.989.125,71	3,00
SAAE	1.757.950,97	3,50	1.757.950,97	3,50	3.850.990,04	6,37	4.349.510,37	6,56

Fonte: Cacoal (2014e, 2014f, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

A esse respeito, Gerigk e Clemente (2012), bem como Veloso *et al* (2011), argumentam que na gestão pública municipal existem setores que se destacam mais que os outros e por isso recebem maior autonomia orçamentária, e existem outros que são considerados pouco importantes pelo gestor, e geralmente não chegam a ter autonomia financeira. Baseado na afirmação desses autores e relatos do contador do Poder Executivo municipal, mediante entrevista realizada, constata-se que o FMS, a SEMED, a SEMAD, SEMOSP e SAAE, são os órgãos considerados mais importantes da administração do município.

Conforme pode ser observado nos Quadros 5 (Apêndice B) e 6 (Apêndice C), nos exercícios de 2011 e 2012 houve deduções referentes a despesas não computadas de acordo com o §1º do artigo 19 da LRF, as deduções foram no valor de R\$680.713,61, e R\$2.042.390,73 respectivamente. Essas deduções são referentes a indenizações pagas pelo Poder.

Os recursos destinados a despesas com pessoal para o Poder Executivo municipal, foram aplicados da seguinte forma:

Quadro 2: Aplicação das Despesas com Pessoal

14 órgãos	Pessoal ativo	(-) Despesas de Caráter	(=) Despesa Líquida
	Terceirização	Indenizatórias	com Pessoal

Fonte: Cacoal (2014e, 2014f, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

4.2 ANÁLISE DA DESPESA QUANTO AO ATENDIMENTO AS DETERMINAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Verificando as despesas com pessoal, no que diz respeito ao atendimento aos limites estabelecidos pela LRF, constatou-se a partir dos demonstrativos analisados que essas despesas assumiram os seguintes percentuais em relação a RCL:

Quadro 3: Percentuais da Despesa Executada em Relação a RCL

Exercícios	2010	2011	2012	2013
DTP/RCL	51,24%	53,67%	52,73%	53,21%

Fonte: Cacoal (2014e, 2014f, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

Portanto, subtrai-se do quadro 6 que as despesas com pessoal do Poder Executivo do município de Cacoal estão de acordo com o artigo 20, inciso III, alínea “a” da LC nº

101/2000.

Todavia, apesar da despesa de pessoal do Poder executivo municipal estar de acordo com o limite máximo de 54% da RCL, o limite prudencial não tem sido observado conforme dados explicitados no quadro 4 do Apêndice A.

A partir do quadro 4 (Apêndice A) nos campos 12 a 16, nota-se que, exceto em 2010, a despesa com pessoal ultrapassa o limite prudencial (conforme artigo 22 da LRF a despesa com pessoal, é de 95% do limite de 54% ou o limite de 51,30% da RCL do município) e a LRF determina que nos períodos em que o ente ultrapassar este limite, o mesmo estará impedido de realizar qualquer ato de implique no aumento de despesa com pessoal (BRASIL, 2000). O Poder Executivo do Município de Cacoal-RO encontra-se enquadrado nesta situação. Veja na tabela 2, a despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal de Cacoal:

Tabela 2: Limite Prudencial (51,30% da RCL)

Poder Executivo	2011	2012	2013
RCL	112.538.631,66	114.722.002,94	124.639.923,00
DTP do Poder	60.400.718,82	60.496.575,02	66.323.967,86
% (DTP/RCL)	53,67%	52,73%	53,21%
Limite máximo (54% da RCL)	60.770.861,06	61.949.881,57	67.305.558,42
Limite Prudencial (51,30% da RCL)	57.732.318,04	58.852.387,51	60.575.002,58

Fonte: Cacoal (2014f, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

Nessa linha de raciocínio, Freitas (2011) defende a tese de que a limitação do gasto com pessoal é um dos mecanismos utilizados pela LRF para atribuir ao gestor público responsabilidade com os bens públicos objetivando o equilíbrio das contas públicas.

Ao referir-se a LRF, Maia (2007) comenta que esta lei está estruturada sobre o planejamento, a transparência e o controle a fim de garantir o cumprimento de metas estabelecidas atribuindo responsabilidade ao gestor, e de acordo com Gerick e Clemente (2012), o planejamento deverá contemplar a margem de expansão das despesas de caráter obrigatório e continuado, como é o caso das despesas de pessoal.

Como pode ser observado, as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Cacoal-RO não atendem a risca o que determina o artigo 22, da LRF, pois esta determina que o ente é impedido de realizar qualquer ato que implique no aumento da despesa com pessoal nos períodos que extrapolar o limite prudencial dessa despesa. Conforme pode ser visto, desde 2011, os valores apresentados encontram-se acima do limite prudencial, e mesmo assim essa despesa vem crescendo gradativamente, haja vista que houve contratação de

pessoal neste período.

4.3 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATENDER A LRF

Quanto à utilização de estratégias com a finalidade de atender a LRF, subtrai-se do demonstrativo da despesa com pessoal executada, (Anexo “T”), que o Poder Executivo Municipal de Cacoal utilizou as seguintes estratégias, somente no exercício de 2013:

- a) Dedução de 1/3 constitucional de férias, regulamentada pelo Parecer nº 9/2013, do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- b) Dedução, da parcela advinda de outras esferas de governo, paga aos servidores que prestam serviços para os programas PACS e PSF regulamentado pelo Parecer nº 177/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

4.4 IMPORTÂNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A GESTÃO MUNICIPAL

Com a finalidade de conhecer qual a percepção do entrevistado a respeito da importância da LRF para a gestão municipal, elaborou-se a uma questão a esse respeito, a qual se encontra no item 9, do Apêndice “D”:

O entrevistado (contador) afirmou que a LRF é muito útil para: a gestão pública municipal; para o gestor na tomada de decisões; o processo orçamentário; a transparência da gestão pública municipal; o planejamento público municipal; e muito útil também para o equilíbrio fiscal.

Nesse sentido, Maia (2007) corrobora, abordando sobre a importância da LRF, mencionando que esta lei, por meio de seus princípios, norteia as ações do gestor público no exercício de seu cargo. Ainda segundo o autor, a LRF atribui maior responsabilidade ao gestor determinando a elaboração do planejamento público em três peças: o PPA, a LDO e a LOA, pois juntos eles são capazes de demonstrar as origens e as destinações dos recursos públicos, proporcionando maior transparência às ações governamentais.

Gerick e Clemente (2012) também discursam sobre a importância da LRF no que diz respeito ao planejamento, quando coloca a necessidade de que neste seja abordado a estimativa das receitas e a fixação das despesas, programação financeira e cronograma de desembolso, metas para os resultados primário e nominal e a margem de expansão para as despesas de caráter continuado.

E, para Martins (2010), a LRF constitui uma importante ferramenta de auxílio na tomada de decisões, pois esta lei tem como objetivo fornecer informações atualizadas e corretas que auxiliam na tomada de decisões, aos órgãos e de controle interno e externo, no cumprimento da legislação e nos cálculos estatísticos, trazendo uma grande melhora para as contas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo a respeito das despesas com pessoal, constatou-se que o Poder Executivo do município de Cacoal-RO, tem elaborado o PPA, a LDO e a LOA em seu processo orçamentário.

Observou-se também que o Poder Executivo Municipal atendeu as determinações do artigo 20, inciso III, alínea “b” da LRF, quanto ao limite máximo (54% da RCL) para a despesa com pessoal, porém, no que diz respeito ao limite prudencial (51,30% da RCL), houve inobservância nos períodos de 2011, 2012 e 2013.

E para atender as demandas da LRF, foram adotadas estratégias legais em 2013, as quais permitem deduzir do montante total da despesa com pessoal, os valores referentes ao pagamento de pessoal com recursos dos PACS/PSF, somente a parcela dos repasses da União, e também, a dedução de valores referentes à indenização de 1/3 de férias.

Contudo, apesar de já estarem sendo adotadas medidas para atender a legislação, notou-se que a despesa com pessoal vem crescendo nos últimos anos e atingindo o limite máximo permitido pela legislação. E apesar da RCL também ter crescido (27,01% de 2010 – 2013), a despesa com pessoal teve um crescimento percentual maior (31,91% de 2010 – 2013), o que significa dizer que o Poder Executivo deverá adotar medidas não só para atender a legislação, mas também para reduzir a despesa de pessoal, ou ao menos estagná-la, ou poderá não conseguir encerrar os exercícios seguintes, de acordo as exigências da LRF.

Considerando a importância da LRF para a gestão municipal e visando o atendimento da mesma, quanto aos limites da despesa com pessoal, o artigo 169, da Constituição Federal de 1988, permite ao ente reduzir 20% dos salários dos cargos em comissão e função de confiança bem como exonerar servidores não estáveis. Assim, essas são medidas que podem ser adotadas pelo Poder Executivo municipal a fim de atender as demandas da LRF nos próximos exercícios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERDE de Manoel Claudiano; MEDEIROS Marcio Bastos; SILVA da Paulo Henrique Feijó. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. vol I. Brasília: 2013.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Gomes Daniel. **Contabilidade Pública: Da Teoria a Prática**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. Lei Complementar, nº 101 de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. Lei Complementar nº 82 de 27 de março de 1995. **Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. (Lei Camata)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. Lei Complementar nº 96 de 30 de maio de 1999. **Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (2012). **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2012, válido p/2013. Disponível em: <<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CACOAL. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Fixada por Órgão e Poder, 2010. Cacoal, 2014a.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Fixada por Órgão e Poder, 2011. Cacoal, 2014b.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Fixada por Órgão e Poder, 2012. Cacoal, 2014c.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Fixada por Órgão e Poder, 2013. Cacoal, 2014d.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Executada por Órgão e Poder, 2010. Cacoal, 2014e.

_____. (Município). Contabilidade. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Executada por Órgão e Poder, 2011. Cacoal, 2014f.

_____. (Município). Contabilidade. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Executada por Órgão e Poder, 2012. Cacoal, 2014g.

_____. (Município). Contabilidade. Demonstrativo da Despesa com Pessoal Executada por Órgão e Poder, 2013. Cacoal, 2014h.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2011. Cacoal, 2014i.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2011. Cacoal, 2014j.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2012. Cacoal, 2014l.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2012. Cacoal, 2014m.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2013. Cacoal, 2014n.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2013. Cacoal, 2014o.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2013. Cacoal, 2014p.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2013. Cacoal, 2014q.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento. Demonstrativo do Impacto Orçamentário, 2013. Cacoal, 2014r.

CORRÊA, Cynthia Cândida; LISTON, Rose Franco; BARBOS, Agoncílio Correia; SILVA, Ceiuda Paes; BARCZSZ, Silvio Silvestre. **Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável: A Importância da Implantação de Plano Diretor no Ato de Criação de um Município.** 48º. Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/>> Acesso em: 13 mai. 2014.

CRUZ, Flavio da; JUNIOR, Adalto Viccari: **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada.** 2º ed. São Paulo: Atlas 2006.

FREITAS, Valdirene Alves. **A Lei De Responsabilidade Fiscal e a Limitação da Despesa Com Pessoal no Município de Catolê do Rocha – PB.** CATOLÉ DA ROCHA, 2011. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

GERIGK, Wilson; CLEMENTE, Ademir. **Gestão Financeira dos Municípios de Porte Médio.** Belo Horizonte – MG, 2012. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>> Acesso em: 13 mai. 2014.

JUND, Sergio. **Administração Financeira e Orçamentária: Teoria e 750 questões. 3º ed. Rio de Janeiro.** Elsevier, 2008. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

MAIA, Aguiar Leonardo. **A Importância da Lei de Responsabilidade Fiscal para a Administração Pública Brasileira e para o Desenvolvimento da Cidadania.** Porto Velho, CRC, 2007. Disponível em: <<http://www.crcro.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

MARTINS, Dolores da Costa. **A Importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, Voltada ao Princípio da Transparência.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MENINI, Alves Edmo. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Retrospectiva no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>> Acesso em: 28 abr. 2014.

MILHOMEM, Ceila Medonça. **A Administração Pública Municipal Voltada para o Desenvolvimento Sustentável.** Taubaté – SP, 2011. Disponível em: <<http://www.inicepg.univap.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública - Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal.** Brasília, Franco & Fortes, 2002.

QUEIROZ, Francisco Alves de; JUNIOR, Cláudio Itamar Neres. **Aspectos Conceituais e Históricos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Legislação da Administração Pública no Brasil.** Mangabeira - BA, 2011. Disponível em: <<http://Franciscoequeiroz.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

QUINTANA, Alexandre Costa *et al.* **Contabilidade Pública: De acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.** São Paulo: Atlas, 2011.

RONDÔNIA. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Parecer Prévio nº 177/2003, de 11 de dezembro de 2003. **Consulta Sobre Despesa de Pessoal dos Programas da Família – PSF e Agentes Comunitários de Saúde - PACS.** Disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. de 2014.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Parecer Prévio nº 56/2002, de 5 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre Consulta Acerca da Inclusão em “Despesas com Pessoal” do Imposto de Renda Retido na Fonte Incidente Sobre a Folha de Pagamento dos Servidores do Estado.** Disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. de 2014.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Parecer Prévio nº 09/2013, de 7 de novembro de 2013. **Dispõe sobre Consulta se as Despesas Decorrentes do Pagamento do Terço Constitucional Deverão ser Deduzidas do Cômputo com Gastos de Pessoal no Momento da Apuração dos Limites de que trata o artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. de 2014.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público. De Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público.** São Paulo: Atlas, 2011.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri. **Gestão Municipal no Brasil: Um Retrato das Prefeituras.** IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br> />. Acesso em: 2 maio 2014.

APÊNDICE A – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Quadro 4: Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa de Pessoal		2010	2011	2012	2013
1	DESPESA BRUTA C/ PESSOAL (I)=(2+3+4)	50.929.824,57	61.081.432,43	62.538.965,75	69.143.026,00
2	Pessoal Ativo	50.688.448,36	61.019.438,31	62.531.265,75	69.133.263,34
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Outras Desp. – Terceirização (§1º, art. 18, LRF)	241.376,21	61.994,12	7.700,00	9.762,66
5	DESP. NÃO COMPUTADAS (II)=(6+7+8+9)	653.739,76	680.713,61	2.042.390,73	2.819.058,14
6	Indenização e Incentivo à Demissão Voluntária	653.739,76	680.713,61	2.042.390,73	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	50.280.324,41	60.400.718,82	60.496.575,02	66.323.967,86
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	50.280.324,41	60.400.718,82	60.496.575,02	66.323.967,86
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	98.135.964,94	112.538.631,66	114.722.002,94	124.639.923,00
	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,24	53,67	52,73	53,21
13	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	52.993.421,07	60.770.861,06	61.949.881,57	67.305.558,42
14	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V)*100	52.993.421,0	60.770.861,10	61.949.881,59	63.940.280,50
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -(51,30%)	50.343.750,01	57.732.318,04	58.852.387,51	60.575.002,58

Fonte: Cacoal (2014e, 2014f, 2014g e 2014h, adaptado pela autora).

APÊNDICE B – COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A DESPESA EXECUTADA COM PESSOAL, POR ÓRGÃO.

Quadro 5: Comparativo da Despesa Fixada com a Despesa Executada com pessoal, por Órgão.

Secretaria	2010			2011		
	Fixada	Executada	%	Fixada	Executada	%
SEMAD	7.769.000,00	9.755.658,31	19,40	8.020.000,00	11.349.670,73	18,79
SEMAST	1.419.000,00	959.919,88	1,91	1.148.000,00	1.254.098,43	2,08
FMAS	-	0,00	-	0,00	95.680,00	0,16
FMIA	-	104.271,15	0,21	118.000,00		-
FMS	15.096.000,00	18.097.155,52	35,99	16.601.000,00	19.280.744,69	31,92
SEMED	12.601.000,00	13.374.044,04	26,60	14.117.000,00	17.148.656,04	28,39
SEMOSP	1.945.000,00	2.088.775,80	4,15	2.092.000,00	2.315.736,23	3,83
SEMUAGRI	553.000,00	487.952,74	0,97	538.000,00	511.592,36	0,85
SEMMA	1.027.000,00	1.595.442,64	3,17	1.479.000,00	1.752.269,56	2,90
SEMICT	177.000,00	131.845,27	0,26	171.000,00	135.603,92	0,22
SEMTRAM	1.014.000,00	1.124.952,37	2,24	1.197.000,00	1.297.593,81	2,15
AMEC	546.000,00	453.267,48	0,90	584.000,00	478.920,71	0,79
SAAE	2.387.000,00	1.757.950,97	3,50	2.563.000,00	1.757.950,97	3,50
FUNCCAL	330.000,00	107.712,03	0,21	330.000,00	226.855,85	0,38
OUTRAS	989.000,00	241.376,21	0,48	54.000,00	2.117.870,55	3,51
(-) DED.	-	-	-	-	(680.713,61)	(1,13)
TOTAL	45.853.000,00	50.280.324,41	100	49.012.000,00	60.400.718,82	100

Fonte: Cacoal (2014a, 2014b, 2014e e 2014f, adaptado pela autora).

APÊNDICE C – COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A DESPESA EXECUTADA COM PESSOAL POR ÓRGÃO.

Quadro 6: Comparativo da Despesa Fixada com a Despesa Executada com pessoal por Órgão

Secretaria	2012			2013		
	Fixada	Executada	%	Fixada	Executada	%
SEMAD	9.964.000,00	11.308.457,44	18,69	11.060.000,00	11.757.954,87	17,73
SEMAST	1.296.000,00	1.487.891,54	2,46	1.133.000,00	1.647.845,13	2,48
FMAS	454.000,00	104.116,40	0,17	596.000,00	106.066,00	0,16
FMIA (1)	100.000,00			107.000,00		
FMS (1)	18.914.000,00	20.343.700,30	33,63	21.374.000,00	23.680.488,08	35,70
SEMED	19.004.000,00	18.848.605,72	31,16	20.976.000,00	22.914.975,21	34,55
SEMOSP	2.442.000,00	2.159.239,85	3,57	2.190.000,00	1.989.125,71	3,00
SEMUAGRI	538.000,00	414.618,29	0,69	390.000,00	498.236,16	0,75
SEMMA	1.839.000,00	1.700.188,65	2,81	1.893.000,00	1.840.777,82	2,78
SEMICT	191.000,00	170.418,06	0,28	198.000,00	162.463,05	0,24
SEMTRAM	1.313.000,00	1.410.978,14	2,33	1.477.000,00	1.559.074,52	2,35
AMEC	480.000,00	525.579,13	0,87	568.000,00	499.979,16	0,75
SAAE	3.655.000,00	3.850.990,04	6,37	3.895.000,00	4.349.510,37	6,56
FUNCCAL	250.000,00	206.482,19	0,34	285.000,00	258.988,26	0,39
OUTRAS	40.000,00	7.700,00	0,01	10.000,00	9.762,66	0,01
(-) DED.		(2.042.390,73)	(3,38)		(4.951.279,14)	(7,47)
TOTAL	60.480.000,00	60.496.575,02	100	66.152.000,00	66.323.967,86	100

Fonte: Cacoal (2014c, 2014d, 2014g, 2014h, adaptado pela autora).

Obs. As despesas executadas em 2011, 2012 e 2013 referentes a FMIA e FMAS foram compactadas em uma mesma conta a qual foi denominada “Conselho Tutelar”.

Nota (1): De acordo com afirmações do contador, por meio de entrevista, o Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FMIA) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), têm unidades gestoras e orçamentárias distintas, e por consequência, as despesas estão separadas, porém nos demonstrativos fornecidos pelo setor de planejamento e pela contabilidade, as despesas de pessoal fixada desses fundos, aparecem em campos separados. Já as despesas de pessoal executada aparecem em um mesmo campo e com a denominação “conselho tutelar”.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO CONTADOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL – RO.

Roteiro da entrevista

Contador

Despesa com Pessoal

- 1) Existe Lei sobre a estrutura administrativa do município com organograma? (Lei nº 2543/2009, e verificar se existe Lei mais recente).
- 2) Por que as despesas executadas foram bem maiores que as despesas fixadas em 2010 e 2011? Por que essa diferença diminuiu em 2012 e 2013? Mudou a forma de planejamento? Foram adotados métodos mais eficientes?
- 3) A despesa executada dos fundos municipais FMAS e FMIA aparecem no mesmo campo, esses fundos se fundiram?
- 4) Os cinco órgãos/fundos/secretarias que assumem um percentual maior da despesa de pessoal são o FMS, SEMED, SEMAD, SAAE e SEMOSP. Por quê?
() São maiores () Maior nº de Servidores () Maiores salários () Outros (especificar)
- 5) Quantos servidores possui o Poder Executivo Municipal de Cacoal?
- 6) Existe pessoal inativo e pensionista no período de 2010 a 2013? E pagamento de pessoal inativo com recursos vinculados?
- 7) Quais as despesas que compõem a conta despesas com pessoal ativo?
- 8) Quais despesas são inseridas na conta despesa de pessoal decorrente de terceirização?

Lei de Responsabilidade Fiscal

Questões	Muito Útil	Útil	Pouco Útil	Não tem Utilidade
A importância da LRF para a gestão pública municipal.				
A LRF como auxílio ao gestor na tomada de decisões				
A utilização da LRF no processo orçamentário				
A LRF e a transparência na gestão pública municipal				
A LRF e o planejamento municipal				
A despesa de pessoal e as mudanças sofridas com a vigência da LRF				
A LRF para o equilíbrio fiscal				

10) Existe Lei municipal que versa sobre o incentivo a demissão voluntaria e indenizações por demissão voluntária? Qual?

11) Quais os critérios para a demissão voluntária? E quando ocorrem? Quantos receberam em 2010, 2011, 2012 e 2013? Quais são as restituições mais comuns?

APÊNDICE E– DESPESAS DO GRUPO 3.1 DO PLANO DE CONTAS

Contratação por Tempo Determinado, Despesas com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso; (ALTERADO CONFORME ART. 1º DA PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 519, DE 27/11/2001).

Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Despesas com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, item XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e exdécimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente. (ALTERADO CONFORME INCISO III, ART. 4º DA PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 325, DE 27/08/2001).

Obrigações Patronais, Despesas com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência.

ANEXO A: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2011

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2011
ESTIMATIVA DP - LOA / 2011

Nº 001.1

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos arts 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao acréscimo das despesas com pessoal, decorrente de provável contratação de Médicos, Engenheiros, pessoal técnico e ou/, atendendo a solicitação por meio do Memorando nº 298/SEMAD-2010.

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancetes da Receita de 2006 e 2007)

RCL - Estimativa LOA/2011 (jan a Dez/2011)	97.150.000,00
Total Acréscimo da RCL - Alterações Orçamentárias por PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	97.150.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	52.461.000,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	49.837.950,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

(Base: Projeto LOA/2009)

Estimativa DP - LOA-2011		49.289.000,00
Outras Despesas de Pessoal		83.000,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias		0,00
(-)Alteração Orçamentária		0,00
Alteração Orçamentária		0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso		1.546.683,36
Acréscimo da Despesa com Pessoal com a realização de Concurso Geral		1.546.683,36
TOTAL (F)		50.918.683,36
Percentual previsto no Orçamento/2009 para despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida		50,77%
Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida		52,41%
Superávit/Déficit Limite com Pessoal (G = D-F)	54%	1.542.316,64
Superávit/Déficit Limite Prudencial (H = E-F)	95%	-1.080.733,36
Variação Percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário		1,64%

MEMÓRIA DE CÁLCULO**SEMAD (Conf. Memor. 298/SEMAD-2010)**

CARGOS	Salário	Gratificação	Insalubridade	SUB TOTAL	13º PROP.	ENCARGOS (22,7948%)	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	169.854,50	17.400,00	3.706,00	190.960,50	95.480,22	66.820,06	6	1.546.683,36
Total ANUAL (6 MESES)								1.546.683,36

Considerando os números apresentados acima, onde se observa um ligeiro aumento em relação ao previsto no orçamento vigente e a necessidade de contratação de profissionais visando o atendimento da demanda e a necessidade de profissionalização do quadro técnico do Poder Executivo. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito compromete os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 52,41% acima do limite prudencial de 51,3%. Ressalta-se que as reestimativas consideraram, os dados da despesa da LOA 2011, números disponíveis até a presente data e que, o excedente de 1,64% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme Memorando 298/SEMAD/2010.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 28 de fevereiro de 2011.

Luís Fernando Messias
Coordenador de Orçamento - Interino

ANEXO B: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2011



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2011

ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao acréscimo das despesas com pessoal, da implantação do PCCR 2011, no valor mensal de (R\$ 106.737,58), referente ao período de junho a dezembro/2011 + 13º salário, perfazendo total de (R\$ 853.900,64) , atendendo a solicitação por meio do Memorando nº 110/SEMAD/2011.

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancetes da Receita de 2010)

RCL -Até mês de maio/2011	44.880.401,64
Previsão de Arrecadação da RCL de junho a dezembro/2011	52.269.598,36
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	14.850.000,00
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	112.000.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	60.480.000,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	57.456.000,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (Até mês de Maio/2011)	20.161.915,93
DP - Projeção para (mês setembro á Dezembro/2011 + 13º Salário)	38.187.274,66
Outras Despesas de Pessoal até maio/2011	309.133,40
Previsão Outras Despesas de Pessoal de junho a dezembro/2011	247.306,72
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)-Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	853.900,64
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	853.900,64
TOTAL	59.759.531,35
Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida	53,36%

MEMÓRIA DE CÁLCULO**SEMAD (Conf. Memor. 110/SEMAD-2011)**

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	106.737,58	106.737,58	106.737,58	7	853.900,64
Total ANUAL (07 MESES)					853.900,64

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de maio/2011, Despesa com Pessoal (R\$20.161.915,93) e RCL - Receita Corrente Líquida e no valor de (R\$ 44.880.401,64), acrescentado os valores pretendidos decorrente a implantação do PCCR-2011 chegaria a 53,52%, ou seja 2,2%, acima mas dentro do limite prudencial. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometi os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 53,52% , acima do limite prudencial de 51,3%. Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da despesa da LOA 2011, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 2,22% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de maio/2011), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês junho á Dezembro/2011 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 18 de julho de 2011.

Luís Fernando Messias

Ref. Memor. 298/SEMAD/2010

Chefe do Departamento de Orçamento

ANEXO C: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2012**DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2012****ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL**

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos arts 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao acréscimo das despesas com pessoal, contratação de servidores via Processo Seletivo Simplificado para a Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, conforme demonstrativo Recursos Humanos - RH da Secretaria Municipal de Administração, no valor mensal de (R\$ 33.901,95), perfazendo total de (R\$ 372.921,45), atendendo a solicitação por meio do Memorando nº 092/SEMAST/2012. Ressaltamos que consideramos valor (R\$ 1.182.659,83) da implantação do PCCR-2012 do Fundo Municipal de Saúde, referente ao Memorando 076/GAB/2012, perfazendo um total geral de (R\$ 1.555.581,28)

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancetes da Receita de 2012)

RCL -Até mês de janeiro/2012	8.418.344,89
Previsão de Arrecadação da RCL de fevereiro a dezembro/2012	110.821.655,11
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	119.240.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	64.389.600,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	61.170.120,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (Até mês de Fevereiro/2012)	9.438.579,34
DP - Projeção para (mês março á Dezembro/2012 + 13º Salário)Base de Cálculo mês Fevereiro	52.588.204,57
Outras Despesas de Pessoal até janeiro/2012	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2012	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	1.555.581,28
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	1.555.581,28
TOTAL	63.582.365,19

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **53,32%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO**SEMAST (Conf. Memor. 076/GAB-2012)**

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	107.514,53	107.514,53	107.514,53	10	1.182.659,83
Total ANUAL (10 MESES)					1.182.659,83

SEMAST (Conf. Memo.nº 092/SEMAST/2012)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	33.901,95	33.901,95	33.901,95	10	372.921,45
Total ANUAL (10 MESES)					372.921,45

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de fevereiro/2012, Despesa com Pessoal (R\$9.438.579,34) e RCL - Receita Corrente Líquida e no valor de (R\$ 8.418.344,89), acrescentado os valores pretendidos decorrente a contratação de pessoal a Semast - Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, chegaria a 53,32%, ou seja 2,02% acima do limite prudencial, mas dentro do limite dos 54% com gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometi os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 53,32%, acima do limite prudencial de 51,3%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal realizada até o mês de fevereiro/2012 e a projeção para o período de março à 13º Salário, considerou como base de cálculo a folha de pagamento do mês de fevereiro/2012, e a receita corrente líquida (R\$ 119.240.000,00) utilizou-se a prevista na LOA/2012, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 2,02% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de fevereiro/2012), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês março á Dezembro/2012 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 20 de Março de 2012.

Luís Fernando Messias
Orçamento - Planejamento



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2012
ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao acréscimo 22% sobre novo piso salarial da Secretaria Municipal de Educação (R\$ 179.931,14), conforme demonstrativo Recursos Humanos - RH, atendendo a solicitação por meio do Memorando nº 031/SEMAD/2012, perfazendo um total geral de (R\$1.979.242,54)

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancetes da Receita de 2012)

RCL - Até mês de janeiro/2012	8.418.344,89
Previsão de Arrecadação da RCL de fevereiro a dezembro/2012	110.821.655,11
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	119.240.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	64.389.600,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	61.170.120,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (Até mês de Fevereiro/2012)	9.200.733,34
DP - Projeção para (mês março á Dezembro/2012 + 13º Salário)Base de Cálculo mês Fevereiro	52.588.204,57
Outras Despesas de Pessoal até janeiro/2012	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2012	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	6.061.029,59
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	6.061.029,59
TOTAL	67.849.967,50

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **56,90%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEMAD (Conf. Ofício. 076/GAB-2012)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	189.117,52	189.117,52	189.117,52	10	2.080.292,72
Total ANUAL (10 MESES)					2.080.292,72

SEMAST - (Conf. Memorando nº 092/SEMAST/2012)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	33.901,95	33.901,95	33.901,95	10	372.921,45
Total ANUAL (10 MESES)					372.921,45

SEMED (Conf. Ofic. nº 161/GAB/2012)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	148.052,08	148.052,08	148.052,08	10	1.628.572,88
Total ANUAL (10 MESES)					1.628.572,88

SEMAD (Conf. Memorando 31/SEMAD/DTI/2012)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	179.931,14	179.931,14	179.931,14	10	1.979.242,54
Total ANUAL (10 MESES)					1.979.242,54

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de fevereiro/2012, Despesa com Pessoal (R\$9.200.733,34) e RCL - Receita Corrente Líquida e no valor de (R\$ 8.418.344,89), acrescentado os valores pretendidos decorrente ao reajuste 22% sobre novo Piso Salarial para a Secretaria Municipal de Educação (R\$ 179.931,14), chegaria a 56,90%, ou seja 5,60% acima do limite prudencial, e 2,90% acima dos 54% gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito compromete os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 56,90%, acima do limite prudencial de 51,3%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal realizada até o mês de fevereiro/2012 e a projeção para o período de março à 13º Salário, considerou como base de cálculo a folha de pagamento do mês de fevereiro/2012, e a receita corrente líquida (R\$ 119.240.000,00) utilizou-se a prevista na LOA/2012, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 5,60% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de fevereiro/2012), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês março á Dezembro/2012 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 30 de Março de 2012.

Luís Fernando Messias
Orçamento - Planejamento

ANEXO E: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013
ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao reajuste concedido ao piso Nacional do Magistério 7,97% , conforme Memorando nº 104/SEMAD/2013 , atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, perfazendo um total geral de (R\$ 1.368.766,00)

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancete da Receita Abril de 2013)

RCL -Mês de Abril/2013	40.598.812,71
Previsão de Arrecadação da RCL de Maio a dezembro/2013	86.572.187,29
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	127.171.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%		68.672.340,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%		65.238.723,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (até o mês de abril 2013)	21.038.627,47
DP - Projeção para (mês Maio á Dezembro/2013 + 13º salário)	45.113.372,53
Outras Despesas de Pessoal até Abril/2013	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2013	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	1.746.902,24
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	1.746.902,24
TOTAL	67.898.902,24

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **53,39%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEMAD/DRH (Conf. Memorando nº 104/SEMAD/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	157.934,53	157.934,53	105.289,76	8	1.368.766,00

Total ANUAL (08 MESES) **1.368.766,00**

SEMAD/DRH (Conf. Memorando em anexo.)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	31.108,03	31.108,03	0,00	8	248.864,24

Total ANUAL (08 MESES) **248.864,24**

SEMAD/DRH (Conf. Memorando anexo)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	14.916,00	14.916,00	9.944,00	8	129.272,00

Total ANUAL (08 MESES) **129.272,00**

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de março/2013, Despesa com Pessoal abril de 2013 (R\$ 21.038.627,47) e RCL - Receita Corrente Líquida mês de abril de 2013 (R\$ 40.598.812,71), acrescentado ao acréscimo das despesas com pessoal , Alteração do , no valor mensal de (R\$157.934,53), chegaria a 53,39%, ou seja 2,09% acima do limite prudencial, mas dentro do limite dos 54% com gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometi os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 53,39% , acima do limite prudencial de 51,30%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal realizada até o mês de Abril/2013 e a projeção para o período de maio à dezembro + 13º Salário, considerou como base de cálculo a folha de pagamento do Abril/2013, e a receita corrente líquida Abril/2013 (R\$ 40.598.812,71)) utilizou-se a prevista na LOA/2013, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 2,09% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de Abril/2013), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês Maio á Dezembro/2013 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 14 de Maio de 2013.

Luís Fernando Messias
Chefe de Coordenação Planejamento e Controle

ANEXO F: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013

ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo ao acréscimo das despesas com pessoal, Alteração Artigo 22 e o Anexo II, da Lei 2.413/PMC/2008, no valor mensal de (R\$ 34.683,20), referente ao período de Janeiro a Dezembro/2013 e 13º perfazendo total de (R\$ 450.881,60) , atendendo a solicitação por meio do Memorando nº 013/PGM/2013.

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancete da Receita de 2013)

RCL -Mês de janeiro/2013	127.171.000,00
Previsão de Arrecadação da RCL de janeiro a dezembro/2013	0,00
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	127.171.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	68.672.340,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	65.238.723,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (previsto para 2013)	66.152.000,00
DP - Projeção para (mês janeiro á Dezembro/2013)	0,00
Outras Despesas de Pessoal até janeiro/2013	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2012	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	1.860.901,34
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	1.860.901,34
TOTAL	68.012.901,34

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **53,48%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PGM (Conf. Memor. 013/PGM/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	34.683,20	34.683,20	0,00	13	450.881,60
Total ANUAL (06 MESES)					450.881,60

SEMAD (Conf. Memor. 004/SEMAD/DRH/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	235.003,29	235.003,29	0,00	6	1.410.019,74
Total ANUAL (06 MESES)					1.410.019,74

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de Janeiro/2013, Despesa com Pessoal estimada para 2013 (R\$66.152.000,00) e RCL - Receita Corrente Líquida e no valor de (R\$ 127.171.000,00), acrescentado ao acréscimo das despesas com pessoal , Alteração do , no valor mensal de (R\$ 34.683,20), chegaria a 53,48%, ou seja 2,18% acima do limite prudencial, mas dentro do limite dos 54% com gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometi os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 53,48% , acima do limite prudencial de 51,30%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal de (R\$ 66.152.000,00) e a receita corrente líquida (R\$ 127.171.000,00) prevista na LOA/2013, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 2,18% variação percentual da despesa de pessoal Alteração Artigo 22 e o Anexo II, da Lei 2.413/PMC/2008 em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente a Janeiro/2013), e Projeção DP - Despesa Pessoal 13(treze) meses.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.
Cacoal-RO, 09 de Janeiro de 2013.

Luís Fernando Messias
Orçamento - Planejamento

ANEXO G: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO 2013



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013
ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo a contratação de 10 Merendeiras e 12 Zeladoras, conforme Memorando em anexo, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, perfazendo um total geral de (R\$ 129.272,00)

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancete da Receita de 2013)

RCL -Mês de Março/2013	27.522.603,74
Previsão de Arrecadação da RCL de abril a dezembro/2013	99.648.396,26
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	127.171.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	68.672.340,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	65.238.723,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (até o mês de abril 2013)	15.910.861,70
DP - Projeção para (mês abril á Dezembro/2013 + 13º salário)	50.241.138,30
Outras Despesas de Pessoal até março/2013	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2013	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	1.990.173,34
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	1.990.173,34
TOTAL	68.142.173,34

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **53,58%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEMAD/DRH (Conf. Memorando em anexo.)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	14.916,00	14.916,00	9.944,00	8	129.272,00
Total ANUAL (06 MESES)					129.272,00

PGM (Conf. Memor. 013/PGM/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	34.683,20	34.683,20	0,00	13	450.881,60
Total ANUAL (06 MESES)					450.881,60

SEMAD (Conf. Memor. 004/SEMAD/DRH/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	235.003,29	235.003,29	0,00	6	1.410.019,74
Total ANUAL (06 MESES)					1.410.019,74

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de março/2013, Despesa com Pessoal março de 2013 (R\$ 15.910.861,70) e RCL - Receita Corrente Líquida mês de março de 2013 (R\$ 27.522.603,74), acrescentado ao acréscimo das despesas com pessoal, Alteração do, no valor mensal de (R\$14.916,00), chegaria a 53,58%, ou seja 2,28% acima do limite prudencial, mas dentro do limite dos 54% com gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometei os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 53,58%, acima do limite prudencial de 51,30%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal realizada até o mês de março/2013 e a projeção para o período de abril à dezembro + 13º Salário, considerou como base de cálculo a folha de pagamento do março/2013, e a receita corrente líquida março/2013 (R\$ 27.522.603,74)) utilizou-se a prevista na LOA/2013, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 2,28% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de março/2013), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês abril á Dezembro/2013 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 29 de Abril de 2013.

Luís Fernando Messias
Chefe de Coordenação Planejamento e Controle

ANEXO H: DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - 2013
ESTIMATIVA DESPESA COM PESSOAL

Em cumprimento ao Art. 16, inciso I da LC 101/00, de 04.05.2000 para garantia dos limites estabelecidos nos art.s 19, inciso III, art. 20, inciso III, letra b da referida Lei, e considerando o art. 18, § 2º da LRF, demonstramos o impacto orçamentário relativo a Contratação de Instrumentador Cirúrgico, Técnico em Imobilização Ortopédica e Terapeuta Ocupacional, conforme Memorando nº 104/SEMAD/2013, atendendo a solicitação do Fundo Municipal de Saúde - FMS, perfazendo um total geral de (R\$ 57.966,92)

RECEITA CORRENTE

(Base: Balancete da Receita Maio de 2013)

RCL -Mês de Maio/2013	51.754.647,23
Previsão de Arrecadação da RCL de Maio a dezembro/2013	75.416.352,77
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Receita VINCULADA PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
Total Receita Corrente	127.171.000,00

LIMITES ESTABELECIDOS PELA L.R.F

Receita Corrente (D = Cx54%)	54%	68.672.340,00
Limite Prudencial (E = Cx51,3%)	51,30%	65.238.723,00

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

DP - Despesa c/ Pessoal (até o mês de Maio 2013)	28.032.424,14
DP - Projeção para (mês Junho á Dezembro/2013 + 13º salário)	38.596.885,77
Outras Despesas de Pessoal até Abril/2013	0,00
Previsão Outras Despesas de Pessoal de Janeiro a Dezembro/2013	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Alterações Orçamentárias	0,00
(-)Alteração Orçamentária	0,00
Alteração Orçamentária	0,00
Total Acréscimo da Despesa de Pessoal por Efetivação/Concurso	306.831,16
Acréscimo da Despesa com Pessoal, diferença novo piso salarial nacional	306.831,16
TOTAL	66.936.141,07

Percentual da despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida **52,63%**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEMAD/DRH (Conf. Memorando nº 104/SEMAD/2013)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	9.572,55	9.572,55	531,62	6	57.966,92
Total ANUAL (08 MESES)					57.966,92

SEMAD/DRH (Conf. Memorando em anexo.)

CARGOS	Salário	SUB TOTAL	13º Salário	Meses	TOTAL (Mensal)
Total Memor.	31.108,03	31.108,03	0,00	8	248.864,24
Total ANUAL (08 MESES)					248.864,24

Considerando hoje os números apresentados acima, com base no Balancete da Despesa de Maio/2013, Despesa com Pessoal Maio de 2013 (R\$ 28.032.424,14) e RCL - Receita Corrente Líquida mês de Maio de 2013 (R\$ 51.754.647,23), acrescentado ao acréscimo das despesas com pessoal, Alteração do, no valor mensal de (R\$57.966,92), chegaria a 52,63%, ou seja 1,33% acima do limite prudencial, mas dentro do limite dos 54% com gastos com pessoal para o Poder Executivo previsto na Lei Complementar 101/2000. Verifica-se que a margem para efetivação do pleito comprometi os limites legais, uma vez que o índice a ser alcançado é de 52,63%, acima do limite prudencial de 51,30%.

Ressalta-se que a projeção considerou, os dados da memória de cálculo para despesa com pessoal realizada até o mês de Maio/2013 e a projeção para o período de junho à dezembro + 13º Salário, considerou como base de cálculo a folha de pagamento do Maio/2013, e a receita corrente líquida Maio/2013 (R\$ 51.754.647,23) utilizou-se a prevista na LOA/2013, numeros disponíveis até a presente data e que, o excedente de 1,33% variação percentual da despesa de pessoal em relação ao impacto orçamentário considerando o limite prudencial. Ressalta-se que consideramos os valores acima conforme metodologia utilizada, (DP - Despesa c/ Pessoal e RCL - Receita Corrente Líquida referente ao mês de Maio/2013), e Projeção DP - Despesa Pessoal (mês Junho á Dezembro/2013 + 13º Salário).

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal-RO, 27 de Junho de 2013.

Luís Fernando Messias
Chefe de Coordenação Planejamento e Controle

ANEXO I: DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA POR ÓRGÃO E PODER - 2013

	JANEIRO	%	FEVEREIRO	%	MARÇO	%	ABRIL	%	MAIO	%	JUNHO	%	1º SEMESTRE	%		
Rec. Cor.Liq.	9.405.875,35		8.742.918,06		8.544.223,33		10.554.315,54		10.128.136,88		8.965.625,00		56.341.094,16			
IRRF/PSF	162.431,00		171.990,00		171.990,00		171.990,00		171.990,00		171.990,00		1.022.381,00			
RCL SAAEC	829.587,00		0,00		1.657.166,98		864.726,45		1.027.697,64		741.266,67		5.120.444,74			
Total RCL	10.073.031,35		8.570.928,06		10.029.400,31		11.247.051,99		10.983.844,52		9.534.901,67		60.439.157,90			
Legislativo	246.734,21	2,45	248.902,00	2,90	314.320,00	3,13	316.044,52	2,81	315.559,71	2,87	319.607,94	3,35	1.761.168,38	3,13		
SEMAD	711.021,29	7,06	794.578,78	9,27	987.713,24	9,85	867.181,93	7,71	1.113.641,62	10,14	921.074,76	9,66	5.395.211,62	9,58		
SEMAST	90.294,99	0,90	98.154,08	1,15	109.704,27	1,09	114.665,55	1,02	139.767,08	1,27	104.858,14	1,10	657.444,11	1,17		
Cons Tutelar	7.954,95	0,08	7.954,95	0,09	7.954,95	0,08	7.954,95	0,07	12.795,94	0,12	7.954,95	0,08	52.570,69	1,03		
FMS	1.927.000,38	19,13	1.824.823,91	21,29	1.764.694,94	17,60	1.855.696,58	16,50	2.132.003,18	19,41	2.004.467,42	21,02	11.508.686,41	20,43		
SEMED	240.307,60	2,39	190.408,02	2,22	189.650,98	1,89	198.355,63	1,76	394.339,46	3,59	202.260,84	2,12	1.415.322,53	2,51		
ENS.FUND.	178.697,10	1,77	187.215,19	2,18	170.054,21	1,70	165.694,82	1,47	549.659,58	5,00	182.431,75	1,91	1.433.752,65	2,54		
FUNDEF	1.634.843,36	16,23	1.257.248,81	14,67	1.294.823,68	12,91	1.147.989,03	10,21	1.199.138,92	10,92	1.391.602,56	14,59	7.925.646,36	14,07		
SEMOSP	144.620,54	1,44	165.293,53	1,93	162.201,43	1,62	166.472,01	1,48	199.890,85	1,82	148.253,02	1,55	986.731,38	1,75		
SEMMA	139.846,81	1,39	118.777,28	1,39	135.299,62	1,35	138.297,25	1,23	182.585,78	1,66	151.405,85	1,59	866.212,59	1,54		
SEMAGRI	27.265,44	0,27	35.397,13	0,41	36.728,06	0,37	35.184,96	0,31	39.514,62	0,36	36.641,83	0,38	210.732,04	0,37		
SEMICT	10.559,27	0,10	15.032,40	0,18	15.032,40	0,15	14.202,64	0,13	16.740,89	0,15	16.803,30	0,18	88.370,90	0,16		
SEMTRAN	91.690,34	0,91	115.653,98	1,35	128.051,85	1,28	119.803,83	1,07	159.072,20	1,45	120.356,14	1,26	734.628,34	1,30		
SUB-TOTAL	5.450.836,28	54,11	5.059.440,06	59,03	5.316.229,63	53,01	5.147.543,70	45,77	6.454.709,83	58,77	5.607.718,50	58,81	33.036.478,00	58,64		
1/3 FÉRIAS	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00		
IRRF	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00		
PACS/PSF	162.431,00	0,00	171.990,00	0,00	171.990,00	0,00	171.990,00	0,00	171.990,00	0,00	171.990,00	0,00	1.022.381,00	0,00		
TOTAL	5.288.405,28	52,50	4.887.450,06	57,02	5.144.239,63	51,29	4.975.553,70	44,24	6.282.719,83	57,20	5.435.728,50	57,01	32.014.097,00	56,82		
Autarquia	16.269,75	0,16	17.419,08	0,20	38.917,90	0,39	39.844,58	0,35	41.097,03	0,37	40.161,13	0,42	193.709,47	0,32		
SAAEC	324.188,92	3,22	-	0,00	773.094,66	7,71	318.854,33	2,84	330.199,55	3,01	333.974,67	3,50	2.080.312,13	3,44		
S.3º TERC	700,00	0,01	-	0,00	1.680,00	0,02	980,00	0,01	980,00	0,01	980,00	0,01	5.320,00	0,01		
FUNCAL	14.505,48	0,14	14.989,43	0,17	14.505,48	0,14	17.639,38	0,16	17.639,38	0,16	18.271,00	0,19	97.550,15	0,00		
TOTAL DPM	5.644.069,43	56,03	4.919.858,57	57,40	5.972.437,67	59,55	5.352.871,99	47,59	6.672.635,79	60,75	5.829.115,30	61,13	34.390.988,75	56,90		
	JULHO	%	AGOSTO	%	SETEMBRO	%	OUTUBRO	%	NOVEMBRO	%	DEZEMBRO	%	Total anual	%	RESCISÕES A	
Rec. Cor.Liq.	9.419.339,26		9.096.430,54		9.189.922,49		9.969.436,51		10.003.727,90		11.913.090,73		115.933.041,59		DEDUZIR	
IRRF/PSF	167.240,00		167.240,00		167.240,00		167.240,00		0,00		440.880,00		2.132.221,00			
RCL SAAEC	1.027.375,95		936.710,35		934.209,93		945.648,00		888.904,10		985.809,34		10.839.102,41			
Total RCL	10.279.475,21		9.865.900,89		9.956.892,42		10.747.844,51		10.892.632,00		12.458.020,07		124.639.923,00			
Legislativo	279.066,18	2,71	254.733,74	2,58	250.995,79	2,52	251.408,85	2,34	257.386,48	2,36	472.586,17	3,79	3.527.345,59	3,04	-	
SEMAD	916.396,09	8,91	921.289,51	9,34	906.336,11	9,10	979.875,55	9,12	933.848,59	8,57	1.704.997,40	13,69	11.757.954,87	10,14	552.002,66	
SEMAST/FMA	130.812,80	1,27	160.436,17	1,63	154.344,46	1,55	149.108,99	1,39	158.507,10	1,46	237.191,50	1,90	1.647.845,13	1,42	130.806,66	
Cons Tutelar	7.954,95	0,08	8.485,28	0,09	7.954,95	0,08	7.954,95	0,07	8.485,28	0,08	12.659,90	0,10	106.066,00	0,09	-	
FMS	1.837.428,62	17,87	1.854.953,88	18,80	1.887.717,37	18,96	1.876.015,53	17,45	1.869.940,73	17,17	2.845.745,54	22,84	23.680.488,08	20,43	711.609,27	
SEMED/INF	203.085,61	1,98	220.742,89	2,24	660.825,42	6,64	574.777,36	5,35	256.400,56	2,35	460.752,37	3,70	3.791.906,74	3,27	80.649,64	
ENS.FUND.	176.675,22	1,72	172.169,10	1,75	657.707,82	6,61	638.140,54	5,94	145.142,11	1,33	281.440,07	2,26	3.505.027,51	3,02	19.261,34	
FUNDEB	1.344.313,29	13,08	1.411.307,20	14,30	505.467,17	5,08	581.051,90	5,41	1.368.438,19	12,56	2.481.816,85	19,92	15.618.040,96	13,47	46.463,22	
SEMOSP	154.002,78	1,50	143.630,40	1,46	147.705,16	1,48	144.253,39	1,34	140.628,68	1,29	272.173,92	2,18	1.989.125,71	1,72	76.960,00	
SEMMA	159.760,47	1,55	156.397,26	1,59	156.371,08	1,57	137.368,45	1,28	143.157,88	1,31	221.510,09	1,78	1.840.777,82	1,59	20.782,66	
SEMAGRICT	39.554,40	0,38	39.237,21	0,40	39.100,32	0,39	40.098,30	0,37	43.379,80	0,40	86.134,09	0,69	498.236,16	0,43	31.137,06	
SEMICT	16.803,30	0,16	16.803,30	0,17	7.073,79	0,07	7.073,79	0,07	7.073,79	0,06	19.264,18	0,15	162.463,05	0,14	16.903,33	
SEMTRAN	120.167,73	1,17	121.254,03	1,23	127.294,20	1,28	121.681,89	1,13	126.097,92	1,16	207.950,41	1,67	1.559.074,52	1,34	8.049,99	
SUB-TOTAL	5.386.021,44	52,40	5.481.439,97	55,56	5.508.893,64	55,33	5.508.809,49	51,26	5.458.487,11	50,11	9.304.222,49	74,68	69.684.352,14	60,11	1.694.625,83	
1/3 FÉRIAS	-	0,00	-	0,00	145.892,23	0,00	125.641,69	0,00	95.101,34	0,00	687.313,11	0,00	1.053.948,37	0,91	-	
IRRF	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	
PACS/PSF	167.240,00	0,00	167.240,00	0,00	167.240,00	0,00	167.240,00	0,00	-	0,00	440.880,00	0,00	2.132.221,00	0,00	-	
TOTAL	5.218.781,44	50,77	5.314.199,97	53,86	5.195.761,41	52,18	5.215.927,80	48,53	5.363.385,77	49,24	8.176.029,38	65,63	66.498.182,77	57,36	1.694.625,83	
AMEC	44.962,13	0,44	43.761,40	0,44	44.867,82	0,45	44.148,53	0,41	45.127,16	0,41	83.402,65	0,67	499.979,16	0,40	10.000,00	
SAAEC	344.917,68	3,36	299.637,65	3,04	353.600,81	3,55	342.210,99	3,18	390.004,69	3,58	538.826,42	4,33	4.349.510,37	3,49	54.840,91	
S.3º TERC	980,00	0,01	980,00	0,01	522,66	0,01	-	0,00	980,00	0,01	980,00	0,01	9.762,66	0,01	-	
FUNCAL	25.919,90	0,25	26.771,25	0,27	20.494,37	0,21	22.941,60	0,21	22.941,60	0,21	42.369,39	0,34	258.988,26	0,22	5.643,03	
TOTAL DPM	5.635.561,15	54,82	5.685.350,27	57,63	5.615.247,07	56,40	5.625.228,92	52,34	5.822.439,22	53,45	8.841.607,84	70,97	71.616.423,22	57,46	1.765.109,77	C/CMC
													68.089.077,63	54,63	1.765.109,77	S/CMC
EXERCÍCIO DE 2013 - METOD LRF C_Dedução_Terçodeferias_Apartir Setembro													66.323.967,86	53,21	INDICE RGF / LRF(-) RESC	